


ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA DE GESTÃO NA LEI Nº 13.979/2020: INOVAÇÃO REGULATÓRIA PARA A SOLUÇÃO DE CRISES?

 journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/piratelli2021

Autores

João Paulo Machado Piratelli Escola Superior do Ministério Público da União 
<https://orcid.org/0000-0003-3950-7733>

Palavras-chave:

pandemia, transparência, licitação, corrupção, contratações públicas

Resumo

A investigação analisa as ações da administração pública relacionadas a Lei nº 13.979/2020, objetiva enfatizar existência de inovação regulatória no procedimento de contratação e destacar de que maneira tecnologia poderá auxiliar a gestão no sentido de resolução de crises garantindo transparência nas decisões e participação popular na fiscalização. Delimita-se no âmbito gestão federal, com recorte no período dos meses março/2020 até junho/2021. Estruturou-se a partir de casos específicos onde aplicou-se o método indutivo auxiliado pelo procedimento de análise mediante revisão sistemática de documentos (artigos científicos, periódicos de notícias e dados oficiais). Inicia demonstrando as principais mudanças resultantes da alteração no regime emergencial de contratação pública. Desenvolve elencando as inovações trazidas na lei e o impacto sofrido pela gestão nas contratações diretas mediante a necessidade de enfrentamento da crise pandêmica. Destaca a flexibilização e novas políticas engendradas pelo governo federal, assim como projetos criados pela sociedade civil organizada para que as contratações executadas ocorressem de modo transparente. Destaca observando a aplicação prática como ferramentas tecnológicas podem auxiliar no processo de gestão, e até mesmo, propiciar a criação de uma cultura mais participante e transparente. Evidencia como a iniciativa popular está contribuindo na gestão do bem público coletivo aumentando a fiscalização popular e combate ao desvio de recursos públicos. Apresenta casos de ilícitudes nas contratações divulgados na imprensa que geraram ação dos órgãos fiscalizadores e da polícia, e descreve os principais trabalhos desenvolvidos pelos órgãos federais de controle. Enumera ações de combate de desvios relacionados com a pandemia. Na conclusão comenta como inteligência artificial e a tecnologia dão transparência nas contratações pública. Finalmente considera que a pandemia potencializou a necessidade de maior transparência nas contratações públicas, a eminente necessidade de avanço na forma de administração, e ainda, como a tecnologia serve na prestação de contas, nas medidas anticorrupção e na gestão participativa.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Referências

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. [S. l.], 6 fev. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm. Acesso em: 22 jun. 2021.

_____. Ministério da Economia. Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19. In: Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19>. Acesso em: 06 jul. 2021.

_____. Ministério da Saúde. Painel Coronavírus. In: Governo do Brasil, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

CARVALHO, Mariana Oliveira de. Princípio da transparência no novo direito administrativo. Revista Controle - RTCE, ano 16, n. 13.1, p. 108-124, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.forumconhecimento.com.br/periodico/161/21061/37980>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Painel contratações relacionadas à COVID-19. Brasília, 2021. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYTEoNzc4NDctMTIwOCoOWVjLThjMmQtM2U3MTFkY2U2MTU2IiwidCI6IjY2NzhkOWZlLTA5MjEtNDE3ZCo4NDExLTVmMWMxOGRlZmJiYiJ9>. Acesso em: 27 jun. 2021.

<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9112>. Acesso em: 30 jun. 2021.
DESORDI, D.; BONA, C. D. A inteligência artificial e a eficiência na administração pública. Revista de Direito, [S. l.], v. 12, n. 02, p. 01-22, 2020. DOI: 10.32361/202012029112



. Disponível em:

ESTRATÉGIA integrada do Governo Federal resulta em 70 operações policiais contra fraudes no Auxílio Emergencial: Nesta quinta-feira (29.04), uma nova ação da Polícia Federal em sete estados resultou no cumprimento de 37 Mandados de Busca e Apreensão, cinco de Prisão Temporária e três de Sequestro de Bens. In: Governo do Brasil: Ministério da Cidadania. [S. l.], 29 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/estrategia-integrada-do-governo-federal-resulta-em-70-operacoes-policiais-contrafraudes-no-auxilio-emergencial>. Acesso em: 2 jul. 2021.

RIBEIRO PINTO, J. I.; FERREIRA PINTO, R. N. Regimes jurídicos excepcionais nas contratações públicas e compliance em tempos de pandemia. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 19, n. 1, p. 296-333, 14 jan. 2021. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v19i1.641>



. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/641>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SOLON MARQUINHO NOBRE, E. .; COELHO AGUIAR, S. Lei nº 13.979/2020 e o regime emergencial da dispensa de licitação do coronavírus. Revista Controle - Doutrina e Artigos, v. 18, n. 2, p. 77-108, 1 set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.32586/rcda.v18i2.631>



. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/issue/view/32>. Acesso em: 24 jun. 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. TCU e Transparência Internacional lançam guia de recomendações para contratações emergenciais em razão da Covid-19. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-e-transparencia-internacional-lancam-guia-de-recomendacoes-para-contratacoes-emergenciais-em-razao-da-covid-19.htm> Acesso em: 27 jun. 2021.

PIRATELLI, J. P. M. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRANSPARÊNCIA DE GESTÃO NA LEI Nº 13.979/2020: INOVAÇÃO REGULATÓRIA PARA A SOLUÇÃO DE CRISES?. Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Repositório do IBDA, Curitiba: GRD Editora, 2021., p. 115–116, 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/congressoibda/article/view/piratelli2021>. Acesso em: 14 out. 2021.



Downloads

[DOI:10.5281/zenodo.](https://doi.org/10.5281/zenodo)

Publicado

14.10.2021

Licença

Copyright (c) 2021 João Paulo Machado Piratelli



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).